

	ESTUDOS PRELIMINARES DA STIC <i>Solução de Segurança da Informação</i>	Nº PA <i>Inserir nº TJ-ADM- 2024/58136</i>
--	--------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contextualização

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia presta seus serviços jurisdicionais à sociedade também por meio de soluções de tecnologia da informação. Atualmente, aproximadamente 150 sistemas de TI atendem tanto ao público interno quanto ao externo, abrangendo a população e outros órgãos da administração pública que, de alguma forma, interagem com este Tribunal. Para a operação desses serviços, a instituição conta com um data center interno, onde se encontram a maioria dos ativos de TIC.

Para o funcionamento eficiente desses sistemas, é essencial que haja conectividade e dispositivos de segurança que integrem todas as unidades judiciais e administrativas do TJBA, além de atuar na interface entre o Tribunal e o ambiente externo, garantindo proteção, balanceamento de carga e registro de eventos de comunicação para futuras auditorias.

Atualmente, os equipamentos de segurança são fornecidos por meio do contrato nº 62/19-S, firmado com a empresa Oi S.A., cujo objeto inclui a prestação de serviços especializados de comunicação digital, abrangendo links remotos com segurança da informação ponta a ponta. Embora a solução de segurança necessária para a prestação do serviço não esteja discriminada como um item de pagamento específico e individualizado, ela constitui uma parte essencial e indispensável do objeto contratado, desempenhando um papel significativo no escopo do contrato, sendo fundamental para viabilizar as comunicações tanto nas unidades remotas quanto no Data Center.

É relevante destacar os aspectos operacionais do objeto contratado no âmbito do contrato 62/19-S. A gestão dos serviços que envolvem os equipamentos de segurança da informação é de responsabilidade da Coordenação de Suporte Técnico (COTEC), que assegura seu pleno funcionamento. Por sua vez, a Coordenação de Produção e Comunicação (CPROD) é responsável pela gestão técnica da conectividade. Assim, a parte do contrato que envolve comunicação e conectividade é tecnicamente mantida pela CPROD, enquanto a segurança da informação é gerida pela COTEC.

No ambiente do TJBA, especificamente no Data Center (excluindo-se os equipamentos das unidades remotas), estão instalados dois clusters de firewalls, compostos pelos equipamentos Fortigate 1500 e Fortigate 3200. Esses dispositivos desempenham funções cruciais, como garantir a segurança da rede do Data Center Principal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, possibilitar a comunicação por meio de Rede Virtual Privada (VPN) para conexão direta com as nuvens (AWS/GCP/ORACLE), e assegurar a proteção nas comunicações entre a INFOVIA (PRODEB) e o Tribunal. Além desses, a solução inclui um cluster do equipamento FortiADC, responsável pelo controle da entrega de aplicações, garantindo a segurança e o balanceamento de cargas entre os servidores que operam em *background*. Os registros dos eventos gerados pelos equipamentos mencionados são geridos por outra ferramenta também integrante da solução, denominada FortiAnalyzer.

Ocorre que o término da vigência do contrato 62/19-S está previsto para 30 de setembro de 2024. Diante dessa realidade, as duas unidades responsáveis iniciaram, ainda em 2023, o processo de contratação visando à substituição dos serviços.

Quanto à substituição dos links de conectividade, destaca-se a concepção do contrato para a solução de SD-WAN, que visa substituir os links de Internet fornecidos pelo contrato 62/19-S por serviços mais modernos, que oferecem uma conexão mais segura e estável. Com a



	<p>ESTUDOS PRELIMINARES DA STIC <i>Solução de Segurança da Informação</i></p>	<p>Nº PA <i>Inserir nº TJ-ADM- 2024/58136</i></p>
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

entrada em vigor desse novo contrato, houve, de maneira gradual, a desmobilização dos links de Internet mantidos pela Oi, processo este realizado ao longo dos meses, conforme a solução de SD-WAN foi sendo implementada nas diversas unidades do órgão.

Em relação à substituição dos equipamentos de segurança, o novo processo de contratação, que teve seus estudos iniciados ainda em 2023, foi formalizado em 2 de fevereiro de 2023, com a abertura do Processo Administrativo TJ-ADM-2023/05694, visando contratar serviços gerenciados de segurança, incluindo o fornecimento de equipamentos como serviço, tais como firewalls de perímetro e data center, firewalls de aplicação, balanceadores de carga e ferramentas para gerenciamento, relatoria e análise de logs. Uma das principais necessidades identificadas nesse contexto era a substituição oportuna dos equipamentos de segurança atualmente cobertos pelo contrato nº 62/19-S.

Até então, o processo seguia seu curso normal, com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o termo de referência, a cotação e a memória de cálculo já concluídos, restando apenas as etapas finais para a formalização da contratação. Contudo, com a publicação de uma nova portaria pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 26 de abril de 2024, em resposta a recentes incidentes de segurança, como vazamentos de credenciais de acesso a sistemas críticos, e visando o atendimento às boas práticas de segurança da informação, foi necessário reconsiderar o planejamento original, incluindo a adaptação dos documentos e a realização de uma nova cotação de preços. A portaria determinou que os órgãos do Poder Judiciário Brasileiro, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF), implementem o método de Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) como requisito funcional para acesso a sistemas judiciais sensíveis.

Diante dessa nova exigência e considerando a proximidade dos temas, optou-se por aproveitar o Processo TJ-ADM-2023/05694, em respeito aos princípios administrativos da eficiência e economicidade. Assim, foram conduzidos novos estudos e realizados ajustes nos documentos já elaborados para melhor alinhar a solução proposta às diretrizes estabelecidas pela nova portaria.

A complexidade da solução proposta, combinada com os trâmites do processo de contratação e a necessidade de adaptação a novas diretrizes regulatórias, exigiu um tempo adicional para a finalização do edital. O Pregão Eletrônico referente ao Processo TJ-ADM-2023/05694 está em um estágio avançado e em vias de conclusão. Na presente data de construção deste documento, o processo encontra-se para avaliação final do Jurídico e posterior publicação do edital.

Por fim, enfatiza-se que a nova contratação (TJ-ADM-2023/05694) prevê a substituição dos atuais equipamentos, com ampliação e migração de todos os serviços. Considerando a complexidade da rede de serviços do TJBA e seu funcionamento em missão crítica, o tempo estimado para a elaboração e execução do projeto técnico de substituição dos equipamentos é de 90 (noventa) dias. Diante disso, o prazo final de 30 de setembro para o término do contrato firmado com Oi S.A. se mostra insuficiente. Assim, esta nova contratação visa evitar que o TJBA seja exposto a riscos de indisponibilidade dos serviços, que poderiam paralisar completamente as atividades deste Tribunal.

1.2 Definição e Especificação dos Requisitos

A solução deve garantir a continuidade e a integridade dos serviços de segurança da informação prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). É essencial que os equipamentos de segurança atuais, incluindo os firewalls Fortigate 1500 (cluster) e





**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



Fortigate 3200 (cluster), o FortiADC (cluster) e o FortiAnalyzer, permaneçam plenamente operacionais e eficazes até a completa implantação dos novos equipamentos que serão fornecidos através da contratação resultante do processo administrativo TJ-ADM-2023/05694. Assim, a solução deve assegurar que não haja interrupções ou degradações na proteção dos sistemas críticos, na segurança das comunicações e na integridade dos dados durante todo o período de transição.

Para garantir a continuidade dos serviços, é imperativo que os equipamentos de segurança atuais fornecidos através do contrato 62/19-S firmado com o fornecedor Oi. S.A., permaneçam disponíveis e operacionais até que os novos equipamentos estejam totalmente instalados e configurados. A solução deve assegurar a proteção contínua dos sistemas críticos do TJBA, prevenindo qualquer interrupção no serviço de segurança.

Além disso, a solução deve estar preparada para facilitar uma transição suave e eficaz para os novos equipamentos. É crucial que a operação dos equipamentos de segurança existentes não seja comprometida durante o período de transição, assegurando que a proteção dos sistemas não seja afetada até a completa implementação e configuração dos novos sistemas.

1.3 Análise das Possíveis Soluções de TIC

1.3.1 Identificação das Soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)	Vantagens	Desvantagens
1	Prorrogação excepcional do contrato 62/19-S	<ul style="list-style-type: none">• Rapidez na Renovação: A prorrogação do contrato permite uma renovação mais rápida, garantindo a continuidade do serviço sem a necessidade de iniciar um novo processo de contratação, que pode ser demorado.• Manutenção do Serviço: A prorrogação assegura que o serviço continue a funcionar sem interrupções	<ul style="list-style-type: none">• Falta de Transparência no Valor dos Equipamentos: A prorrogação pode continuar a dificuldade de referenciar o valor de cada equipamento, já que eles não foram discriminados como itens separados no contrato original.• Links de Internet Já Substituídos: Como os links de internet já foram substituídos por novos links na solução de SD-WAN, a prorrogação pode manter um serviço que já não é mais necessário, gerando custos desnecessários.





**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



Id	Descrição da solução (ou cenário)	Vantagens	Desvantagens
2	Contratação Emergencial	<ul style="list-style-type: none">• Maior Concorrência: A contratação emergencial pode atrair mais participantes e concorrentes, o que pode resultar em preços mais competitivos e condições mais vantajosas para a organização.• Possibilidade de Negociar Melhores Condições: Com mais concorrentes envolvidos, há uma maior chance de negociar termos que sejam mais benéficos em termos de custo-benefício, podendo resultar em economia para a organização.	<ul style="list-style-type: none">• Tempo de Implantação Prolongado: Embora a contratação emergencial permita rapidez no processo de contratação, a implementação dos serviços pode demorar. Isso pode comprometer a continuidade do serviço, especialmente porque o contrato atual vence em 30 de setembro.• Risco de Interrupção no Serviço: A demora na implantação dos novos equipamentos e na configuração pode causar uma interrupção nos serviços de segurança, o que pode ter um impacto negativo na proteção e integridade das operações da organização
3	Contratação por inexigibilidade	<ul style="list-style-type: none">• Rapidez e Agilidade no Processo: A contratação por inexigibilidade permite uma contratação mais ágil, sem a necessidade de processos licitatórios prolongados. Isso é crucial para garantir que os serviços de segurança continuem sem interrupções após o término do contrato atual em 30 de setembro.• Garantia de Continuidade do Serviço: Com a inexigibilidade, é possível assegurar que o fornecedor atual ou um fornecedor especializado continue prestando os serviços sem a necessidade de implantação de novos equipamentos e configurações, evitando riscos de interrupção.• Evita Custos de Implantação: Como o serviço pode ser continuado com o mesmo fornecedor ou com um fornecedor que já conhece a infraestrutura, não há necessidade de novos investimentos em instalação e configuração, o que pode	<ul style="list-style-type: none">• Menor Concorrência: A principal desvantagem da contratação por inexigibilidade é a ausência de concorrência direta, o que pode limitar a possibilidade de conseguir preços mais baixos ou condições mais vantajosas.



TJADM202458136V01



**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



Id	Descrição da solução (ou cenário)	Vantagens	Desvantagens
		gerar economia tanto de tempo quanto de recursos financeiros.	

1.3.2 Análise Comparativa das Soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
	Solução 3	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução			X





**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
	3			
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
Solução é aderente a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)?	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X

1.4 Análise Comparativa de Custos

A análise de custo detalhada foi dispensada neste momento por se tratar apenas de uma comparação entre as modalidades de contratação (inexigibilidade, prorrogação do contrato e emergencial). Como o foco atual é determinar o modo de contratação mais adequado, não é necessário realizar uma análise de custo completa neste estágio.

A análise financeira detalhada será realizada em conjunto com a elaboração do termo de referência. Esse processo incluirá a criação de uma memória de cálculo para estabelecer um valor referencial da contratação. Dessa forma, o valor pode ser avaliado com precisão na fase de definição das condições contratuais, garantindo que a decisão sobre a modalidade de contratação seja feita com base em informações completas e pertinentes.



TJADM202458136V/01

	<p>ESTUDOS PRELIMINARES DA STIC <i>Solução de Segurança da Informação</i></p>	<p>Nº PA <i>Inserir nº TJ-ADM- 2024/58136</i></p>
----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

Portanto, a ausência de uma análise de custo detalhada neste momento é justificada pela necessidade de focar na escolha da modalidade de contratação. A análise financeira será conduzida posteriormente, conforme necessário, para assegurar a adequação e transparência dos valores.

1.4.1 Cálculo dos Custos Totais de Propriedade (CTP)¹

Não se aplica.

1.4.2 Mapa comparativo CTP

Não se aplica.

1.5 Escolha e Justificativa da STIC

Diante da necessidade urgente de garantir a continuidade e a integridade dos serviços de segurança da informação prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), a gestão de recursos decidiu pela solução 3 - Contratação por inexigibilidade dos serviços do mesmo fornecedor atual, a empresa Oi S.A., por um período estimado de seis meses. Esta decisão se fundamenta na necessidade de assegurar que os equipamentos de segurança existentes, incluindo os firewalls Fortigate 1500 (cluster) e Fortigate 3200 (cluster), o FortiADC (cluster) e o FortiAnalyzer, permaneçam plenamente operacionais e eficazes até a completa implantação dos novos equipamentos a serem adquiridos por meio do Processo Administrativo TJ-ADM-2023/05694.

O prazo estimado para a conclusão do processo licitatório referente à contratação dos novos equipamentos não permite que a nova solução seja implementada antes do término do contrato atual, que se encerra em 30 de setembro de 2024. A contratação por inexigibilidade com o fornecedor atual é sendo a única alternativa possível para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções ou degradações na proteção dos sistemas críticos do TJBA. Optar por um novo fornecedor, além de não apresentar vantajosidade financeira devido ao curto período de contratação, implicaria na necessidade implantação e configuração de novos equipamentos, o que poderia acarretar indisponibilidades dos serviços durante a transição.

Conforme previsto no art. 74 da Lei 14.133, a inexigibilidade de licitação justifica-se pela inviabilidade de competição, que, no presente caso, decorre da urgente necessidade de continuidade dos serviços. Diante das circunstâncias apresentadas, incluindo a vantagem financeira, a única solução viável para garantir a disponibilidade ininterrupta dos serviços do TJBA é a contratação direta com o fornecedor que já detém a propriedade dos equipamentos em uso.

Esta decisão está em conformidade com os princípios administrativos da eficiência e da economicidade. O princípio da eficiência exige que a administração pública alcance seus objetivos com a melhor relação entre recursos utilizados e resultados obtidos. Manter o fornecedor atual permite a continuidade dos serviços com a mesma qualidade e eficiência, evitando a interrupção dos serviços críticos e a necessidade de treinamento e integração de novos equipamentos, o que garantirá que o TJBA continue a operar de forma segura e ininterrupta.

¹ em inglês Total Cost of Ownership (TCO) é um conceito utilizado em negócios de todas as áreas e remete à avaliação dos custos de aquisição de um produto além do preço inicial de compra.



TJADM202458136V/01

	<p>ESTUDOS PRELIMINARES DA STIC <i>Solução de Segurança da Informação</i></p>	<p>Nº PA <i>Inserir nº TJ-ADM- 2024/58136</i></p>
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

O princípio da economicidade, por sua vez, orienta que os recursos públicos sejam utilizados da forma mais econômica possível, considerando o custo-benefício das opções disponíveis. A contratação com o fornecedor atual, com um custo razoável e comparável aos valores referenciais para contratações similares, evita gastos adicionais e imprevistos que poderiam surgir com a transição para um novo fornecedor e a implementação de novos equipamentos.

Portanto, a contratação por inexigibilidade do serviço com o fornecedor atual é a solução mais eficiente e econômica para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de segurança da informação durante o período de transição até a implementação dos novos equipamentos.

1.5.1 Descrição da Solução

Para garantir a continuidade dos serviços de segurança da informação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) durante a transição até a implantação dos novos equipamentos, a solução escolhida é a continuidade do fornecimento e suporte dos equipamentos de segurança existentes. Estes equipamentos incluem os firewalls Fortigate 1500 (cluster) e Fortigate 3200 (cluster), o FortiADC (cluster) e o FortiAnalyzer. A contratação do mesmo fornecedor atual assegura que todos os equipamentos continuarão operacionais e que o suporte técnico e a garantia necessários estarão em vigor até a completa implantação dos novos sistemas adquiridos por meio do Processo Administrativo TJ-ADM-2023/05694.

1.5.2 Alinhamento em Relação às Necessidades de Negócio e Requisitos Tecnológicos

Em função da importância desta contratação, para assegurar o serviço ora pretendido, apesar de não constar no Plano de Contratações de STIC – exercício de 2024/2025 da SETIM/TJBA, esta contratação já foi aprovada pela Presidência. Esta informação encontra-se no processo TJ-ADM-2024/58136, página 34, em formato eletrônico no SIGA que originou esta contratação.

1.5.3 Benefícios Esperados

- Assegurar a continuidade da disponibilidade do ambiente atual
- Garantir o tempo necessário para a migração completa do ambiente atual para o novo ambiente, assegurando uma transição sem interrupções nos serviços de segurança da Informação.

1.5.4 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

A demanda prevista é baseada nas necessidades atuais do tribunal, que incluem a continuidade e operação da solução de firewall que já está em uso. Esta demanda considera a quantidade necessária de unidades e serviços para manter a proteção e a integridade dos sistemas da organização.

1.6 Necessidade de Adequação do Ambiente

O serviço de firewall que será contratado é o mesmo atualmente em uso pelo tribunal. Dado que a solução e o fornecedor permanecem os mesmos, o ambiente já está totalmente configurado e ajustado para suportar a solução existente.

Portanto, não são necessários ajustes ou adequações adicionais no ambiente, garantindo que a transição e a continuidade do serviço ocorram sem interrupções e sem necessidade de modificações no ambiente atual.



	<p>ESTUDOS PRELIMINARES DA STIC <i>Solução de Segurança da Informação</i></p>	<p>Nº PA <i>Inserir nº TJ-ADM- 2024/58136</i></p>
----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

1.7 Custo Total Estimado

O custo total estimado para a contratação será detalhado e analisado em conjunto com a elaboração do Termo de Referência (TR). Neste momento, a análise de custo detalhada foi dispensada, pois o foco está na escolha da modalidade de contratação mais adequada.

Durante a elaboração do TR, será realizada uma análise financeira, incluindo a criação de uma memória de cálculo para estabelecer um valor referencial para a contratação. Essa abordagem permitirá assegurar que o custo total seja devidamente avaliado e alinhado com as necessidades e condições do mercado.

Assim, o custo total estimado será definido e justificado com precisão no TR, garantindo a transparência e a adequação dos valores para a solução contratada.

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

2.1 Recursos Materiais e Humanos

A sustentação da STIC não requer a disponibilização, por parte do órgão, de materiais e/ou recursos humanos além dos já existentes no TJBA.

2.2 Estratégia de Independência Tecnológica

2.2.1 Forma de transferência do conhecimento

A contratada deverá transmitir aos técnicos do contratante todo o conhecimento acerca dos produtos resultantes da execução das atividades.

Os meios utilizados para essa transferência serão previamente acordados entre CONTRATADA e CONTRATANTE, podendo consistir em um ou uma combinação dos seguintes meios:

- Treinamento interno
- Divulgação eletrônica
- Base de conhecimentos
- Registro de lições aprendidas
- Registro de soluções alternativas utilizadas
- Registro de ocorrências, conhecimentos e procedimentos relacionados a cada sistema
- Documentação de melhores práticas
- Reuniões e suas respectivas atas
- Relatórios periódicos
- Ferramentas de comunicação em geral: videoconferência, chat, e-mail.

2.2.2 Direitos de propriedade intelectual e autorais

O fornecedor não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Os direitos autorais dos serviços técnicos serão de exclusividade do TJBA, que poderá publicar e/ou divulgar seus resultados, quando considerados pertinentes.

2.3 Continuidade do Fornecimento





**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



A continuidade do fornecimento da solução de firewall é essencial para garantir a proteção e a integridade dos sistemas da organização. Portanto, é crucial que não haja interrupções durante a vigência do contrato.

Caso ocorra qualquer interrupção contratual, deve ser assegurado que o fornecimento da solução não seja comprometido. A prestação contínua do serviço é indispensável para manter a segurança e a operação eficiente dos sistemas, e medidas devem ser tomadas para evitar qualquer parada ou falha na continuidade do serviço.

2.4 Transição Contratual

2.4.1 Transferência final de conhecimento e manutenção

Em concordância ao art. 93 da Lei 14133/2021, quando for pertinente, a contratada deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública.

2.4.2 Devolução de recursos materiais

Não se aplica a esta contratação, pois todo o serviço é executado pela CONTRATADA com recursos próprios.

2.4.3 Revogação de perfis de acesso

Competirá ao gestor do contrato encaminhar as devidas solicitações de revogação de acesso que tenham sido concedidas ao fornecedor.

2.4.4 Eliminação de caixas postais

Ao término do contrato serão eliminadas eventuais contas de e-mail de profissionais da contratada, sendo mantidas apenas as contas dos profissionais envolvidos na passagem do serviço para a nova contratada.

3. ANÁLISE DE RISCOS

Segue abaixo a análise dos riscos relativos à contratação e à gestão do contrato, que inclui as ações para mitigar as probabilidades de ocorrência dos riscos ou seus impactos, caso se concretizem em eventos:

Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência a (ALTA/MÉDIA/BAIXA)	Impacto (ALTO/MÉDIO/BAIXO)	Ações de mitigação	Responsáveis pelas ações de mitigação	Período de execução das ações
1	Interrupções ou degradação na proteção dos sistemas críticos devido à falta de disponibilidade dos equipamentos atuais.	Média	Alto	Estabelecer um plano de contingência para garantir proteção adicional e minimizar impactos enquanto os novos equipamentos estão sendo contratados	COTEC	IMEDIATO



TJADM202458136V/01



**ESTUDOS PRELIMINARES
DA STIC**
Solução de Segurança da Informação

Nº PA
*Inserir nº TJ-ADM-
2024/58136*



Nº	Descrição do risco	Probabilidade de ocorrência (ALTA/MÉDIA/BAIXA)	Impacto (ALTO/MÉDIO/BAIXO)	Ações de mitigação	Responsáveis pelas ações de mitigação	Período de execução das ações
2	Falha na continuidade operacional dos equipamentos de segurança existentes durante a transição para os novos equipamentos.	Média	Alto	Implementar monitoramento constante dos equipamentos existentes e realizar manutenções preventivas para garantir sua operação contínua.	COTEC	IMEDIATO
3	Chegar ao final do contrato sem que os novos equipamentos tenham sido efetivamente implantados	Média	Alto	Desenvolver um cronograma detalhado para a instalação dos novos equipamentos e monitorar o seu progresso. Acompanhamento próximo do processo de assinatura do novo contrato. Elaboração de um plano de contingência para lidar com possíveis atrasos, para garantir que a transição ocorra conforme o planejado.	COTEC	IMEDIATO



TJADM202458136V/01

